
AGENDA ESTRATÉGICA 2010 - 2015

FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

2010 - 2015
Flores e Plantas

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2010

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio ás Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

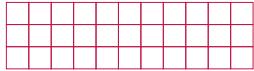
INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais. Permite, também, pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, ou seja, abrange também as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 9 de Setembro de 2009, quando o plenário da 24ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) do MAPA .

A primeira reunião do grupo aconteceu em 29 de Abril de 2010, ocasião em que, por meio de metodologia específica, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 10 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras Setoriais e Temáticas promoveu um trabalho de organização e sistematização do conjunto de propostas, organizando-as por Temas, Itens de Agenda e Diretrizes. O trabalho foi conduzido de forma a agrupar as propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados em futuras reuniões da Câmara Setorial. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica, o Grupo de Trabalho voltou a se



reunir em 01 de Junho de 2010, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. A providência seguinte foi submetê-la à discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas, sempre observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Câmaras Setoriais, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.



Objetivos

A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- (1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- (2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- (3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizam a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.

Grupo de Trabalho

- Adriana Sá - FAPE-DF
- Ana Paula Sá Leitão - ABCSEM;
- Ana Rita Pires Stenico - CEASA/Campinas;
- Clarisse Bochese da Cunha - AFLORI;
- Cornelis Petrus Theodorus - CVH
- Giulio Cesar Stancato - IAC;
- Jean F. Hardovi - ABPCFLOR;
- Lúcia Hasebe - Central Flores;
- Maria das Graças Maurício - SEBRAE;
- Roberta Pierry Uzzo - IAC
- Renato Opitz- CSFPO - SP;
- Silvia Regina Patrício - ABPCFLOR;
- Theodorus Breg - OCB;



Membros da Câmara

- **Presidente:** Renato Opitz
- **Secretário:** Francisco de Assis Mesquita Facundo
- **Associação Brasileira do Agronegócio de Flores e Plantas - ABAFEP**

Titular: Adonias dos Reis
Suplente: Joaquim Antonio Dias Freitas
- **Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas - ABCSEM**
Titular: Inês Wagemaker
Suplente: Ana Paula Sá Leitão Van Der Gheest
- **Associação Brasileira de Proteção de Cultivares de Flores e Plantas Ornamentais - ABPCFLOR**
Titular: Jean François Harduin
Suplente: Sílvia Regina Patrício Sartorelli Van Rooijen
- **Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN**
Titular: Jusmar Chaves
Suplente: João Alberto Paixão Lages
- **Associação Rio-Grandense de Floriculturas - AFLORI**
Titular: Clarice Bocchese da Cunha Simm
Suplente: Hans Hermann Hesse
- **Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF**
Titular: Arlinda Evaristo
Suplente: Marcos Matos
- **Associação dos Produtores e Comerciantes do Mercado de Flores de Campinas - APROCCAMP**
Titular: Rogério Martins
Suplente: Newton Erbolato Júnior



- **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER**
Titular: Cleison Medas Duval
Suplente: Antonio Zilval Fonteles
- **Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP**
Titular: Flavio Godas
Suplente: Sebastião Carlos Odoni
- **Centrais de Abastecimento de Campinas S/A - CEASA/Campinas**
Titular: Ana Rita Pires Stenico
Suplente: Fábio Pascuini Frainer
- **Associação Brasiliense dos Produtores de Flores e Plantas-CENTRAL FLORES**
Titular: Lúcia Tazue Hasebe
Suplente: Alba de Oliveira Serafim
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**
Titular: Mauricio Shiguenori Tachibana
Suplente: Lúcia Morimoto
- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
Titular: Marcos Antonio de Carvalho
Suplente: Candice Mello R. Santos
- **Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais de São Paulo - CSFPO - SP**
Titular: Renato Opitz
Suplente: Roberto Berganton



- Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais do Ceará-
CSFPO/CE
Titular: Gilson José Leite Gondin Filho
Suplente: Ticiana Batista de Mesquita
- Cooperativa Veiling Holambra - CVH
Titular: Paulo Geraldo Kortstee
Suplente: Eduardo Issao Yamaguchi
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Titular: José Luiz Mosca
Suplente: Ana Cristina Portugal Pinto de Carvalho
- Instituto Agronômico de Campinas - IAC
Titular: Giulio Cesare Stancato
Suplente: Roberta Pierry Uzzo
- Instituto Brasileiro de Floricultura - IBRAFLOR
Titular: Cornelis Petrus Theodorus Schoenmaker
Suplente: Antonio Expedito Ribeiro
- Ministério da Agricultura/Secretaria de Desenvolvimento
Agropecuário e Cooperativismo - MAPA/SDC
Titular: Marcus Vinicius Miranda Martins
Suplente: Rosa Maria Peres Kornijezuk
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Titular: José Henrique da Silva
Suplente: Adriana Calderan Gregolin
- Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB
Titular: Theodorus Breg
Suplente: Stephanie Ruiter



- Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais - SBFPO

Titular: Fernando Luiz Finger

Suplente: José Geraldo Barbosa



- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Titular: Maria das Graças Queiroz Mauricio

Suplente: Léa Maria Lagares

Convidado Permanente

- Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil

Titular: Bart Vrolijk

Coordenação dos Trabalhos

CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA

Equipe: Aguinaldo José de Lima

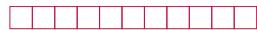
Paulo Marcio Mendonça Araujo

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Joana Vieira

Leandro Pires B. de Lima

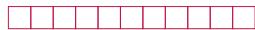
1. ESTATÍSTICAS



Levantamento das áreas de produção agrícola e safras

Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
2. Definir levantamento por área plantada, número de produtores, discriminar por variedades, espécies ou grupo de plantas e perfil tecnológico, com atualização periódica
3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos.
5. Criar plataforma de dados comum e acesso à informação de forma objetiva e transparente
6. Estabelecer convênios e ou parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, considerando dados já existentes



8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais
9. Contemplar levantamento das perdas pós-colheita
10. Contemplar dados por Estados
11. Levantar a empregabilidade do setor, por porte de propriedades
12. Levantamento da intenção do produtor em aumentar/diminuir área de produção: crescimento projetado de novas áreas.

Levantamento de Consumo

Diretrizes:

1. Incorporar informações da cadeia logística de distribuição
2. Utilizar informações levantadas nas CEASAS e de pesquisas do IBGE e demais instituições que possam colaborar
3. Contemplar dados por Estados
4. Convergir os trabalhos para uma informação oficial, de dados agregados através da Conab, considerando dados já existentes.

2. PD&I



Rede de PD&I das Flores e Plantas Ornamentais

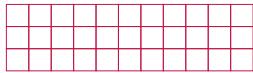
Diretrizes:

1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor
2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede, contando com a participação ativa de instituições de pesquisa e Universidades (IAC, etc...)
4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação

Programa Nacional de PD&I das Flores e Plantas Ornamentais

Diretrizes:

1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação
2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia
3. Desenvolver novas embalagens para transporte
4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção



5. Priorizar a pesquisa aplicada a pragas e doenças nas principais regiões de produção
6. Tropicalizar as tecnologias de produção
7. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental
8. Pesquisar critérios para uso intensivo de insumos em áreas de proteção ambiental
9. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa
10. Sistematizar métodos e formas de captação e prospecção de demandas dos diversos elos da cadeia
11. Garantir recursos para Centros de Pesquisa
12. Contemplar a pesquisa na durabilidade das flores e plantas ornamentais
13. Contemplar manutenção e proteção dos recursos genéticos

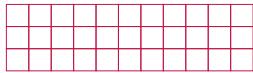
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)



Plano de Assistência Técnica

Diretrizes:

1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas.
2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores e Empresários do Setor na Gestão Administrativa, Financeira e Comercial
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-obra em toda a cadeia focando no controle de custos e na utilização de novas tecnologias
4. Estabelecer convênios e parcerias com Sistema S, Emater, MAPA, MDA, Denacoop e Instituições Privadas
5. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc. ; / Gestão através de comitê gestor, com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa, financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual ; / Criação de incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produ-



tores e seus funcionários; Aferição de desempenho, com auditoria de execução;

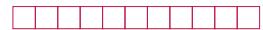
7. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa

Formação de Profissionais

Diretrizes:

1. Envolver o MEC nas discussões
2. Atuar na formação de profissionais e pesquisadores na área, utilizando inclusive estratégias de Educação à Distância (EAD)
3. Promover a educação profissional nas instituições de nível médio e superior
4. Criar um centro de excelência em Floricultura
5. Articular com setores de hortaliças e fruticultura, ações conjuntas

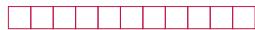
4. DEFESA AGROPECUÁRIA



Fiscalização e Controle

Diretrizes:

1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Governo Federal, Estados e Municípios
4. Adequar metodologias de fiscalização
5. Harmonizar a aplicação da legislação sobre Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC) e Permissão de Trânsito Vegetal (PTV)
6. Promover ações de Fiscalização e Controle como instrumentos de estímulo à formalização e não simplesmente a penalização
7. Desburocratizar processos
8. Implementar o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - Regulamentar a Lei 9.712/98
9. Promover a filosofia da cultura de fiscalização orientativa, de parceria e melhor entendimento com o setor
10. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor



Estações Quarentenárias

Diretrizes:

1. Ampliar a rede de estações quarentenárias

Credenciamento de Laboratórios

Diretrizes:

1. Discutir estratégias de ampliação da rede laboratórios credenciados
2. Buscar formas de acreditação no Brasil de laboratórios localizados no exterior

Marcos Regulatórios

Diretrizes:

1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor
2. Adequar os regulamentos de insumos, Minor Crops, ARP, etc..
3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor
4. Implementar a regulamentação das Normas e Padrões de Sementes e Mudas de Olerícolas e Ornamentais - Portarias 13, 70 e 100/2010
5. Adequar os marcos regulatórios à realidade do setor
6. Desburocratizar processos
7. Excluir Ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de registro no RNC

8. Discutir e harmonizar a legislação sobre CFO e CFOC e PTV
9. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais de maneira que obrigatoriamente a construção e adequação de normativas sempre sejam discutidas previamente.
10. Harmonizar os Marcos regulatórios com a Legislação Internacional.
11. Adequar a legislação para permitir a ampliação da rede de laboratórios credenciados.



ARP

Diretrizes:

1. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor como forma de viabilizar a entrada de variedades mais competitivas
2. Promover a ampliação desse serviço do MAPA, atuando de forma institucional e estratégica no apoio à melhoria da estrutura técnica e física de maneira urgente
3. Promover ações conjuntas com as câmaras de Hortaliças e Fruticultura para desenvolvimentos dessas ações.

Incentivo à Formalidade (Enforcements)

Diretrizes:

1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor
2. Promover ações do MAPA como instrumentos de estímulo à formalização e não simplesmente a penalização
3. Desburocratizar a formalização de produtores

5. MARKETING & PROMOÇÃO



Plano de Marketing Institucional

Diretrizes:

1. Promover ações e estratégias de incentivo e aumento do consumo
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais da atividade
3. Aprimorar e ampliar as ações de promoção com a participação das entidades da cadeia
4. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor....
5. Estabelecer parcerias com o SEBRAE, ABRAS, CNA e outras instituições afins
6. Promover estratégias para uniformizar a demanda ao longo do ano, minimizando os picos

6. GESTÃO DA QUALIDADE



Definição de Padrões pelo Mercado

Diretrizes:

1. Construir padrões de classificação dos produtos a partir de exigências do Mercado.

7. GOVERNANÇA DA CADEIA



Entidade de Representação da Cadeia

Diretrizes:

1. Fortalecer e consolidar o IBRAFLOR como instituição representativa nacional de todos os elos da cadeia
2. Fomentar e disseminar a cultura Associativista

Fundo Setorial

Diretrizes:

1. Discutir estratégias de organização de Governança da Cadeia para criar e gerir um fundo para custear atividades voltadas a marketing e promoção, capacitação, inteligência competitiva, etc...

Serviço de Inteligência Competitiva

Diretrizes:

1. Construir Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras, aprimorando o trabalho já iniciado pelo SEBRAE
2. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva
3. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência
4. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade
5. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita



6. Investigar mercados potenciais para exportação
7. Investigar formas inovadoras de comercialização
8. Discutir mecanismos para diminuir a informalidade no setor
9. Avaliar o emprego de insumos no Setor
10. Realizar levantamento sobre o índice de informalidade do Setor
11. Realizar estudo sobre a concorrência com outros produtos

Infra Estrutura e Logística

Diretrizes:

1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infra-estrutura, assegurando a qualidade e competitividade do produto, focando a melhoria das estradas
2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística, necessários ao escoamento da produção
3. Promover a criação de programas públicos de investimento em acessibilidade digital nas propriedades rurais.

Incentivo a Formalidade (Enforcements)

Diretrizes:

1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor
2. Promover ações do MAPA como instrumentos de estímulo à formalização e não simplesmente a penalização
3. Desburocratizar a formalização de produtores

8. CRÉDITO E SEGURO



Crédito

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito existentes e os ajustes necessários de forma a viabilizar o acesso ao crédito
2. Contemplar a necessidade de financiamentos específicos para os investimentos em tecnologias e propriedade intelectual para viabilizar a produção
3. Apoiar as discussões sobre a reformulação do crédito agrícola oficial

Seguro Rural

Diretrizes:

1. Articular ações para viabilizar a implementação do Seguro para a produção das Flores e Plantas Ornamentais
2. Buscar o envolvimento dos estados da Federação nas políticas de Seguro da Produção
3. Promover a discussão com as Seguradoras de forma a viabilizar a contratação de Seguros para Estufas de Produção de Flores
4. Avaliar a possibilidade de criar Cooperativas de Seguros, com base nas experiências já existentes em outras cadeias ou outros países

9. COMERCIALIZAÇÃO



Infraestrutura nas Ceasas

Diretrizes:

1. Desenvolver estratégias de participação das Ceasas, discutindo conjuntamente melhorias de estruturas, procedimentos, estratégias comerciais e promocionais
2. Acompanhar as iniciativas da Conab relativas ao PROHORT
3. Apoiar o Projeto de Lei de reformulação das Ceasas

Cadeia de Frio

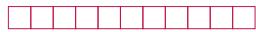
Diretrizes:

1. Conscientizar os elos da cadeia quanto à importância da refrigeração e acondicionamento dos produtos
2. Trabalhar parcerias para desenvolver ações necessárias a viabilização e implantação da Cadeia de Frio

Trânsito de Produtos

Diretrizes:

1. Adequar à estrutura de emissão de certificados as características do Setor
2. Informatizar, integrar e automatizar os processos de emissão de documentos fitossanitários de transporte necessários ao mercado interno e externo



Importação e Exportação

Diretrizes:

1. Integrar e agilizar os procedimentos nos diversos órgãos anuentes.

10. LEGISLAÇÃO



Legislação Tributária

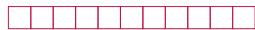
Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva
2. Buscar tratamento tributário homogêneo sobre o ICMS nos diversos estados
3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores
4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor
5. Buscar incentivos tributários ao Setor como ferramenta ao combate à informalidade.

Legislação Ambiental

Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Florestal
2. Definir a compensação por Serviços Ambientais
3. Simplificar o licenciamento ambiental



Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborados pelo MAPA e que se encontra na Casa Civil
2. Incluir no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual os atos de violação dos direitos de obtentor vegetal
3. Excluir Flores e Plantas Ornamentais do instituto do Uso Próprio (Art. 10 da Lei)

Legislação Trabalhista

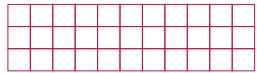
Diretrizes:

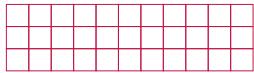
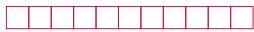
1. Contemplar a questão dos menores aprendizes
2. Adequar à legislação trabalhista à realidade do setor

Agenda Estratégica das Flores e Plantas Ornamentais

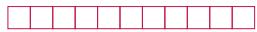
Tema	Item	Diretrizes
		<p>1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;</p> <p>2. Definir levantamento por área plantada, número de produtores, discriminar por variedades, espécies ou grupo de plantas e perfil tecnológico, com atualização periódica</p> <p>3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.</p> <p>4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos.</p> <p>5. Criar plataforma de dados comum e acesso à informação de forma objetiva e transparente</p> <p>6. Estabelecer convênios e ou parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.</p> <p>7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, considerando dados já existentes</p> <p>8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais</p> <p>9. Contemplar levantamento das perdas pós-colheita</p> <p>10. Contemplar dados por Estados</p> <p>11. Levantar a empregabilidade do setor, por porte de propriedades</p> <p>12 - Levantamento da intenção do produtor em aumentar/diminuir área de produção: crescimento projetado de novas áreas.</p>

1. ESTATÍSTICAS



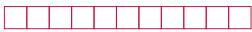


Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do consumo	<ol style="list-style-type: none">1. Incorporar informações da cadeia logística de distribuição2. Utilizar informações levantadas nas CEASAS e de pesquisas do IBGE e demais instituições que possam colaborar3. Contemplar dados por Estados4. Convergir os trabalhos para uma informação oficial, de dados agregados através da Conab, considerando dados já existentes
2. PDI	Rede de PDI das Orname ntal is Flores e Plantas	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede, contando com a participação ativa de instituições de pesquisa e Universidades (IAC, etc...)4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação



Tema	Item	Diretrizes
2. PDI		<p>1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação</p> <p>2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia</p> <p>3. Desenvolver novas embalagens para transporte</p> <p>4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção</p> <p>5. Priorizar a pesquisa aplicada a pragas e doenças nas principais regiões de produção</p> <p>6. Tropicalizar as tecnologias de produção</p> <p>7. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental</p> <p>8. Pesquisar critérios para uso intensivo de insumos em áreas de proteção ambiental</p> <p>9. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa</p> <p>10. Sistematizar métodos e formas de captação e prospecção de demandas dos diversos elos da cadeia</p> <p>11. Garantir recursos para Centros de Pesquisa</p> <p>12. Contemplar a pesquisa na durabilidade das flores e plantas ornamentais</p> <p>13. Contemplar manutenção e proteção dos recursos genéticos</p>

Programa Nacional de PDI das
Flores e Plantas Ornamentais



Item	Diretrizes
	1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas.
	2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores e Empresários do Setor na Gestão Administrativa, Financeira e Comercial
	3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia focando no controle de custos e na utilização de novas tecnologias
	4. Estabelecer convênios e parcerias com Sistema S, Emater, MAPA, MDA, Denacoop e Instituições Privadas
	5. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
	6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc ; / Gestão através de comitê gestor; com coordenação executiva; / Na capacitação de gestão administrativa, financeira, contemplar temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização; / Que a certificação dos alunos contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo; / Orçamento anual ; / Criação de incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários; / Aferição de desempenho, com auditoria de execução;
	7. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa
	8. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática.
	9. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial

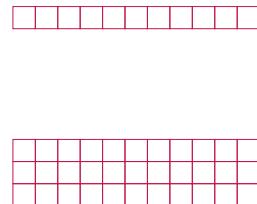
Item

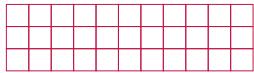
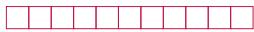
(Capacitação, Difusão e Extensão)

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Plano de Assistência Técnica

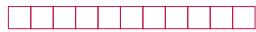
Tema	Item	Diretrizes
<p>3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA</p> <p>(Capacitação, Difusão e Extensão)</p> <p>Plano de Assistência Técnica</p> <p>10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência</p> <p>11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo</p> <p>12. Promover capacitações de inclusão digital de produtores</p> <p>13. Discutir as estratégias de capacitação e extensão não só na Floricultura, mas articulota para fruticultura e horticultura em razão das semelhanças dos cultivos</p> <p>14. Promover alterações nos currículos das Escolas técnicas das regiões produtoras</p> <p>15. Articular com setores de hortaliças e fruticultura, ações conjuntas</p> <p>10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência</p> <p>11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo</p> <p>12. Promover capacitações de inclusão digital de produtores</p> <p>13. Discutir as estratégias de capacitação e extensão não só na Floricultura, mas articulota para fruticultura e horticultura em razão das semelhanças dos cultivos</p> <p>14. Promover alterações nos currículos das Escolas técnicas das regiões produtoras</p> <p>15. Articular com setores de hortaliças e fruticultura, ações conjuntas</p>		





Tema	Item	Diretrizes
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Formação de Profissionais	<ol style="list-style-type: none">1. Envolver o MEC nas discussões2. Atuar na formação de profissionais e pesquisadores na área, utilizando inclusive estratégias de Educação à Distância (EAD)3. Promover a educação profissional nas instituições de nível médio e superior4. Criar um centro de excelência em Floricultura5. Articular com setores de hortaliças e fruticultura, ações conjuntas

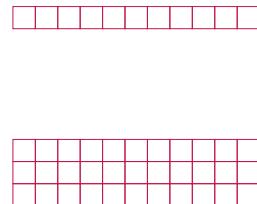
4. DEFESE AGRONEGÓCIO		4. DEFESE AGRONEGÓCIO	
Tema	Item	Tema	Item
	<p>1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos</p> <p>2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais</p> <p>3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Governo Federal, Estados e Municípios</p> <p>4. Adequar metodologias de fiscalização</p> <p>5. Harmonizar a aplicação da legislação sobre Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC) e Permissão de Trânsito Vegetal (PTV)</p> <p>6. Promover ações de Fiscalização e Controle como instrumentos de estímulo à formalização e não simplesmente a penalização</p> <p>7. Desburocratizar processos</p> <p>8. Implementar o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - Regulamentar a Lei 9.712/98</p> <p>9. Promover a filosofia da cultura de fiscalização orientativa, de parceria e melhor entendimento com o setor</p> <p>10. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor</p>		<p>1. Ampliar a rede de estações quarentenárias</p>
	Fiscalização e Controle	Quarentenárias	

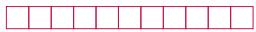


Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESEA AGROPECUÁRIA	Credenciamento de Laboratórios	<ol style="list-style-type: none">1. Discutir estratégias de ampliação da rede laboratórios credenciados2. Buscar formas de acreditação no Brasil de laboratórios localizados no exterior
4. DEFESEA AGROPECUÁRIA	Marcos Regulatórios	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor2. Adequar os regulamentos de insumos, Minor Crops, ARP, etc..3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor4. Implementar a regulamentação das Normas e Padrões de Sementes e Mudas de Olerícolas e Ornamentais - Portarias 13, 70 e 100/20105. Adequar os marcos regulatórios à realidade do setor6. Desburocratizar processos7. Excluir Ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de registro no RNC8. Discutir e harmonizar a legislação sobre CFO e CFOC e PTV9. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais de maneira que obrigatorientamente a construção e adequação de normativas sempre sejam discutidas previamente10. Harmonizar os Marcos regulatórios com a Legislação Internacional11. Adequar a legislação para permitir a ampliação da rede de laboratórios credenciados

Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESEA AGROPECUÁRIA	ARP	<ul style="list-style-type: none"> 1. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor como forma de viabilizar a entrada de variedades mais competitivas 2. Promover a ampliação desse serviço do MAPA, atuando de forma institucional e estratégica no apoio à melhoria da estrutura técnica e física de maneira urgente 3. Promover ações conjuntas com as câmaras de Hortaliças e Fruticultura para desenvolvimentos dessas ações

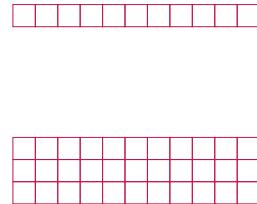
Tema	Item	Diretrizes
5. MARKETING E PROMOCÃO Plano de Marketing Institucional		<ul style="list-style-type: none"> 1. Promover ações e estratégias de incentivo e aumento do consumo 2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais da atividade 3. Aprimorar e ampliar as ações de promoção com a participação das entidades da cadeia 4. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor.... 5. Estabelecer parcerias com o Sebrae, ABRAS, CNA e outras instituições afins 6. Promover estratégias para uniformizar a demanda ao longo do ano, minimizando os picos

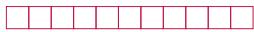




7. GOVERNANÇA DA CADEIA		Fundo Setorial	
Tema	Item	Tema	Item
6. GESTÃO DA QUALIDADE	Definição de Padrões pelo Mercado	Entidade de Representação da Cadeia	1. Fortalecer e consolidar o IBRAFLOR como instituição representativa nacional de todos os elos da cadeia
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Entidade de Padrões pelo Mercado	2. Fomentar e disseminar a cultura Associativista	

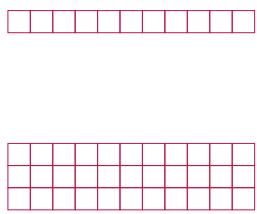
7. GOVERNANÇA DA CADÊIA		7. GOVERNANÇA DA CADÊIA	
Tema	Item	Tema	Item
Serviço de Inteligência Competitiva	<p>1. Construir Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras, aprimorando o trabalho já iniciado pelo Sebrae</p> <p>2. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva</p> <p>3. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência</p> <p>4. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade</p> <p>5. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita</p> <p>6. Investigar mercados potenciais para exportação</p> <p>7. Investigar formas inovadoras de comercialização</p> <p>8. Discutir mecanismos para diminuir a informalidade no setor</p> <p>9. Avaliar o emprego de insumos no Setor</p> <p>10. Realizar levantamento sobre o índice de informalidade do Setor</p> <p>11. Realizar estudo sobre a concorrência com outros produtos</p>	Infra-Estrutura e Logística	<p>1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infraestrutura, assegurando a qualidade e competitividade do produto, focando a melhoria das estradas</p> <p>2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção</p> <p>3. Promover a criação de programas públicos de investimento em acessibilidade digital nas propriedades rurais</p>
Diretrizes		Diretrizes	





Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADÊA	Incentivo à formalidade (Enforçamento)	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor2. Promover ações do MAPA como instrumentos de estímulo à formalização e não simplesmente a penalização3. Desburocratizar a formalização de produtores
8. CREDITO E SEGURO	Credito	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito existentes e os ajustes necessários de forma a viabilizar o acesso ao crédito2. Contemplar a necessidade de financiamentos específicos para os investimentos em tecnologias e propriedade intelectual para viabilizar a produção3. Verificar a possibilidade de inserir as flores e plantas ornamentais no programa maíz alimento4. Apoiar as discussões sobre a reformulação do crédito agrícola oficial

Tema	Item	Diretrizes
8. CREDITO E SEGURO	Seguro Rural	<p>1. Articular ações para viabilizar a implementação do Seguro para a produção das Flores e Plantas Ornamentais</p> <p>2. Buscar o envolvimento dos estados da Federação nas políticas de Seguro da Produção</p> <p>3. Promover a discussão com as Seguradoras de forma a viabilizar a contratação de Seguros para Estufas de Produção de Flores</p> <p>4. Avaliar a possibilidade de criar Cooperativas de Seguros, com base nas experiências já existentes em outras cadeias ou outros países</p>
9. COMERCIALIZAÇÃO	Infraestrutura nas Ceasas	<p>1. Desenvolver estratégias de participação das Ceasas, discutindo conjuntamente melhorias de estruturas, procedimentos, estratégias comerciais e promocionais</p> <p>2. Acompanhar as iniciativas da Conab relativas ao PROHORT</p> <p>3. Apoiar o Projeto de Lei de reformulação das Ceasas</p>



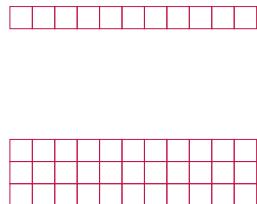


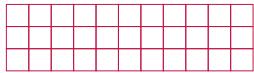
9.COMER-CIAILIZAÇÃO	Tema	Item	Diretrizes
Cadeia de Frio		1. Conscientizar os elos da cadeia quanto à importância da refrigeração e acondicionamento dos produtos 2. Trabalhar parcerias para desenvolver ações necessárias a viabilização e implantação da Cadeia de Frio	
9.COMER-TRANSTO DE PRODUTOS	Tema	Item	Diretrizes
Exportação e Importação		1. Adequar a estrutura de emissão de certificados às características do Setor 2. Informatizar, integrar e automatizar os processos de emissão de documentos fitossanitários de transporte necessários ao mercado interno e externo	

Tema	Item	Diretrizes
LEGISLACÃO Tributária	10.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva 2. Buscar tratamento tributário homogêneo sobre o ICMS nos diversos estados 3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores 4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor 5. Buscar incentivos tributários ao Setor como ferramenta ao combate à informalidade

Tema	Item	Diretrizes
LEGISLACÃO Ambiental	10.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar a discussão do Código Florestal 2. Definir a compensação por Serviços Ambientais 3. Simplificar o licenciamento ambiental

Tema	Item	Diretrizes
LEGISLACÃO Ambiental	10.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar a discussão do Código Florestal 2. Definir a compensação por Serviços Ambientais 3. Simplificar o licenciamento ambiental





LEGISLACÃO	Item	Diretrizes
Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97	10. LEIS	<ol style="list-style-type: none">1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo MAPA e que se encontra na Casa Civil2. Incluir no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual os atos de violação dos direitos de obtentor vegetal3. Excluir Flores e Plantas Ornamentais do Instituto do Uso Próprio (Art. 10 da Lei)

